



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 566312 - RJ (2020/0065101-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : EDBERTO RODRIGO AFONSO SMITH JUNIOR
ADVOGADO : EDBERTO RODRIGO AFONSO SMITH JÚNIOR -
RN003828
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO
PACIENTE : EDUARDO ANGELO MENDES (PRESO)
PACIENTE : DANIEL ANGELO HENRIQUES (PRESO)
CORRÉU : LUIZ PAULO RODRIGUES FERREIRA
CORRÉU : MARCIO WANDERSON MANHÃES DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

EDUARDO ANGELO MENDES e DANIEL ANGELO HENRIQUES alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no Habeas Corpus n. 0002585-25.2020.8.19.0000.

O impetrante sustenta que os pacientes sofrem constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, com destaque para o fato de que a prisão cautelar dura desde 3/2/2016.

Esclarece que o Tribunal estadual, no recurso de apelação, anulou a instrução criminal, que teve novo início em 16/12/2016 e, em 20/1/2020, foi aceito pedido de envio de carta precatória para ouvir testemunha do Ministério Público para, só após, serem interrogados os réus, motivo pelo qual nem sequer há previsão para o encerramento da instrução criminal.

Requer, liminarmente e no mérito, "a expedição do competente alvará de soltura em favor dos Pacientes até a conclusão e sentença definitiva de qualquer processo em que poderá figurar como acusado, fixando se for o caso condições a ser cumpridas pelo paciente de acordo com o art. 319 do CPP, sugerindo o comparecimento quinzenal em juízo" (fl. 12).

Decido.

É entendimento consolidado nos tribunais que os prazos indicados na legislação processual penal para a conclusão dos atos processuais não são peremptórios; assim, eventual demora na tramitação do feito deve ser aferida levando-se em conta as peculiaridades do caso concreto.

Na hipótese, segundo informações constante dos autos, após os pacientes Daniel e Eduardo serem condenados, respectivamente, às penas de 64 anos e 4 meses de reclusão e de 62 anos de reclusão, ambos em regime inicial fechado, como incursos, o primeiro, nos arts. 2º, §§2º, 3º, e 4º, I, da Lei n.

12.850/2013, 159, §1º (quatro vezes), 157, § 2º, I, II e V (três vezes) e 129, § 1º, na forma do art. 69, todos do CP e o segundo nos arts. 2º, §§2º, e 4º, I, da Lei n. 12.850/2013, 159, §1º (quatro vezes), e 157, § 2º, I, II e V (três vezes), na forma do art. 69, todos do CP.

O Tribunal *a quo*, em 2/7/2019, no julgamento do recurso de apelação, declarou a nulidade da ação penal a partir da audiência de instrução e julgamento realizada no dia 29/8/2016 e determinou a imediata designação de nova audiência para oitiva das testemunhas de acusação, de defesa e interrogatório dos acusados, com a gravação visual dos atos instrutórios.

A defesa impetrou prévio *writ*, no qual a Corte estadual afastou o alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo e consignou no respectivo acórdão que "a ação tem evoluído de forma célere, sem dilações indevidas, restando ouvir apenas uma das vítimas por carta precatória" e acrescentou que "todas as providências necessárias ao mais célere prosseguimento do feito vêm sendo adotadas, vez que os atos processuais estão sendo praticados em tempo razoável" (ambos à fl. 21).

Ademais, ressaltou "que se trata de feito complexo, com diversos réus são 4, no total e grande número de imputações" (fls. 120-121).

E, em consulta à página eletrônica do Tribunal de origem, colheu-se a informação de que os advogados dos ora pacientes, em audiência realizada no dia 5/2/2020, pleitearam que o interrogatório destes seja realizada tão somente após a chegada da carta precatória expedida para a oitiva da vítima faltante, com o que concordaram as demais partes e o Magistrado de primeiro grau.

Verificadas, pois, as particularidades do caso concreto, a complexidade da ação penal e a diligência do Estado no processamento do feito, fica afastada, ao menos por ora, a alegação de excesso de prazo.

A vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, encarecendo o envio de notícias atualizadas e pormenorizadas acerca do andamento do processo.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

Rogério Schietti Cruz